

# SÍNTESE DOS TRABALHOS



**José Pacheco**

O tempo será escasso para falar da diversidade e da qualidade das intervenções. Penso ser necessário sublinhar esta dificuldade e acrescentar o óbvio: esta será uma leitura inevitavelmente subjectiva e incompleta, que esboçará apenas linhas de força e denominadores comuns das intervenções aqui produzidas.

O último orador disse-nos que, para se falar de redes, se deverá ter em conta que ainda sabemos muito pouco. A palavra “rede” remete-nos para a incontornável polissemia do termo, para a prolixidade dos conceitos a ele associados, para um campo de vasto espectro semântico. A paisagem conceptual é permanentemente invadida por novos termos e conceitos, que decorrem da recriação tecnológica, da expansão, talvez em progressão geométrica, das redes de aprendizagem e do alargamento das suas possibilidades. Termos e conceitos são efémeros, objecto de reformulação ou, tão somente, esquecidos. Subsiste o risco não virtual de que a nomeação engendre mero nominalismo.

Foi aqui citado um cantor talvez desconhecido (Herbert Pagani), que comparava o significado de dois termos *réseau* e *faisceau*. A palavra rede (*réseau*) aproxima-se da palavra feixe (*faisceau*) e do seu significado político de *fascio*, o que mostra que as redes nem sempre podem ser associadas a uma ideia de partilha ou de solidariedade. As semelhanças fonéticas podem ocultar profundas diferenças ou diferentes perspectivas de um mesmo conceito. Importa reflectir sobre interpretações várias, procurar compreender se as práticas correspondem às representações que temos dos conceitos. Mais do que repensar as novas tecnologias de informação e comunicação, será necessário repensar o conceito de rede.

A análise da metáfora da rede é complexa e exigente. Rede implica interacção, comunidade, contexto, complexidade, fluxo e constância de mudança, intenção de criar e gerir comunidades aprendentes. Numa das intervenções deste dia, foi afirmado que as empresas já prescindiram do paradigma mecanicista, que já ninguém adopta o modelo taylorista de

produção. E questionava-se: por que razão a Escola o segue? Porque continua a metáfora da máquina a ser a metáfora da escola?

Não será uma realidade absoluta, já que se viu que há por dentro desta realidade outras realidades. Nas redes, os nós podem ser também os alunos. Mas continua sendo difícil a passagem da focalização na escola para a focalização no aluno. Apenas é evocado um outro nó: a turma, entendida como entidade abstracta e pretensamente homogénea. Nas escolas que ainda temos, a participação em projectos realiza-se, quase sempre, fora da sala de aula. Parece subsistir alguma incompatibilidade entre intenção e gesto... até mesmo a estranha expressão *“introdução do computador na sala de aula”* se apresenta como indício de que se poderá perspectivar a instalação de redes (de mera informação) nas escolas, de redes virtuais de aprendizagem em contextos imutáveis de “ensino”, quais palimpsestos de perverso efeito. A escola tradicional pensa na construção de conhecimento, no desenvolvimento do conhecimento, na construção de saber. A escola da sociedade do conhecimento é uma escola que viverá cada vez mais da capacidade de construir, inovando.

Teremos de proceder a uma reconstrução do nosso pensamento sobre as práticas escolares. Será urgente reconhecer os limites impostos por representações e práticas sedimentadas e herdeiras de uma racionalidade burocrática, tradicionalista, conservadora. Será necessário ultrapassar o domínio do redundante discurso da mudança e da inovação, ousar interpelar. De contrário, a perspectiva do aluno como nó de rede, como membro activo e significativo de uma comunidade, etc., deixará de ser pressuposta como mudança paradigmática inevitável, e poderá ser apresentada como algo mítico.

Não é suficiente fertilizar o discurso recorrente da inovação com expressões como “aprendizagem activa”, ou imaginar a coincidência desse discurso com uma prática concreta que fomente o “envolvimento cognitivo e social do aluno”, uma “aprendizagem colaborativa”. As “comunidades de aprendizagem” ainda pertencem ao domínio da especulação teórica e das nobres intenções de projectos dispersos, que importa acompanhar e avaliar.

Parece consensual a sentença de um senhor Conselheiro, proferida num encontro anteriormente promovido pelo CNE: “*o monopólio do saber pelos professores é ridículo há mais de cinquenta anos*”. Parece indiscutível a afirmação de que as comunidades de pessoas sustentadas por redes podem contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional e alterar sistemas de relações. Mas onde encontrar essas “comunidades”?

O jargão dos discursos sobre a *sociedade educativa, do conhecimento, aprendente*, parece querer escamotear a pobreza das práticas pedagógicas ainda predominantes e quase hegemónicas, práticas fechadas em concepções curriculares rígidas. Se a escola é totalmente avessa ao uso de enciclopédias pelos seus alunos, bem, será naturalmente avessa ao uso de enciclopédias sob a forma digital ou sob forma virtual como é a Internet. Poderemos mesmo admitir o absurdo de se poder navegar na *net* por todo o mundo e sem sair da escola, enquanto não nos é permitido viver na escola experiências de rede.

Subsiste a necessidade de redefinir o próprio conceito de comunidade (ou fraternidade) educativa e de reconhecer ainda estarmos no início de um longo processo emancipatório e transformador. Será a introdução de novas tecnologias que provocará o aparecimento de novos tipos de organização dos processos de aprendizagem, ou serão novas práticas aprendentes que determinarão a adopção de novos recursos, entre os quais o recurso às redes? Não será absolutamente necessário, mais do que pensar a emergência das redes, repensar e refundar a própria Escola? Como afirma Jeremy Rifkin (através de um dos oradores), existe uma nova missão para a educação, que consiste no reforço da sua componente de criação cultural que permita que a participação em redes globais não se faça de uma forma completamente desarmada e acrítica.

Nas escolas, o desenvolvimento profissional que se perspectiva implica uma dimensão contextual e organizativa, na qual não é apenas afectado o professor considerado individual e isoladamente. O que se perspectiva é a assunção da prática de uma pedagogia hermenêutica

concomitante com a conflitualidade da múltipla interpretação, uma prática de reflexão ética essencial.

As opções que daí decorrem traduzem uma relação complexa e intrínseca entre o domínio do saber científico e a validade do uso social dos seus produtos. O social é produto do impulso e do compromisso que é disponibilidade e não obrigatoriedade, que é liberdade na iniciativa e não o seu constrangimento. Quer as prescrições teóricas, quer as orientações de nível central, neste capítulo, poderão apenas servir de quadro de referência. Do nível central poder-se-á requerer que assegure as redes de comunicação e informação sem hierarquias e burocracias de novo tipo. A comunicação e a informação não são passíveis de codificação completa. Ainda que universalizável, a produção e circulação de informação reflectirá, inevitavelmente, as condições de produção, relações de proximidade, o contratual que se sobrepõe à obrigação, as soluções de carácter evolutivo, a operacionalidade da dinâmica das micro-culturas.

Como foi repetidamente recordado, prevalece o desafio de alargarmos o nosso debate e a nossa reflexão para além do contexto/escola, para além do contexto/educação, de o reflectir também numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e de aprendizagem em contextos não formais. E, mais do que aspirar a gerar redes, deverá cuidar-se da sua sustentabilidade. A escassez de recursos técnicos, a falta de incentivos, a ausência de hábitos de trabalho cooperativo, os constrangimentos ao nível do processo de “aprender a aprender em rede” e ao nível dos recursos tecnológicos, são riscos a ponderar. Foi aqui lembrado que a questão não se coloca apenas ao nível da dificuldade de criação de condições para um acesso inicial à participação nessas redes, mas, muito mais em relação à manutenção dessas condições, uma vez que a evolução tecnológica é extremamente rápida, tornando-se difícil de sustentar financeiramente. Por outro lado, a capacidade técnica que é precisa para lidar com esses recursos também é extremamente exigente e, nos contextos formais de ensino, nem sempre é possível fazer face a esses grandes desafios”. Parafraseando o Senhor Ministro Mariano Gago, “*o debate vai ser muito interessante no futuro*”.

Na variedade das abordagens, houve também quem aqui reiterasse a ideia de que o futuro é dos conteúdos, enquanto outros referiam ser também dos contextos. Se os conteúdos são importantes, o futuro é, de igual modo, jogado na qualidade dos contextos. É urgente conciliar e gerir de forma inteligente a tensão que existe nas interações entre conteúdos e contextos. Foi sublinhada esta necessidade, a par do reconhecimento de que um dos grandes desafios da escola do futuro será o de construir comunidades ricas de contexto, nos quais “se construa aprendizagem não só individual mas também colectiva, e onde quem está a aprender não só está do lado da recepção, mas assume a responsabilidade de contribuir para a aprendizagem dos outros”.

Esteve presente em todos os painéis uma atitude prospectiva, bem como uma ideia que atravessou todo o século XIX em vão, e desembocou num “século da criança” que nunca o chegou a ser. Somos todos, ainda hoje, convidados a interpelar uma Escola que ainda responde a necessidades sociais do século XIX. É este o drama. Por que não pensar que as novas tecnologias de informação e comunicação, bem como e as redes de aprendizagem (ou de conhecimento, como quisermos...) que permitem criar, possam constituir-se na pedra angular unificadora de recorrentes discussões, para que esta não seja mais uma oportunidade perdida?

No seu “Parecer sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida”, o CNE levantara já as questões das parcerias, do trabalho colaborativo e da utilização das redes de aprendizagem. Sabemos que sabemos ainda muito pouco sobre o assunto e que importa aprofundá-lo em novas iniciativas. Se não chegámos – felizmente e como alguém também disse – a conclusões, ficam portas abertas, para que não se apague o brilho dos inícios.





## Ana Rita Varela

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Professora Teresa Ambrósio e ao Dr. Manuel Miguéns o convite que me dirigiram. Convite esse que se transformou numa tarefa muito, muito complicada: não imaginam como é difícil fazer uma síntese destes trabalhos tão intensos, tão ricos,... e cinco minutos depois de ter terminado a última intervenção!

Eu vou fazer uma síntese abordando os aspectos menos formais e conceptuais, concentrando-me essencialmente em alguns exemplos de boas práticas que foram aqui apresentadas, para além de olhar um pouco para o concreto ao nível das nossas escolas.

Começo por referir a versatilidade de utilização que nos proporcionam as redes de computadores. Gostaria de referir, a este propósito, dois níveis importantes: no primeiro, chamemos-lhe o mais formal, seria importante identificar e envolver as organizações com interesses e necessidades comuns, e, portanto, definir fronteiras e limites da rede no contexto da aprendizagem que é pretendida. No segundo nível, chamemos-lhe um nível mais informal, caberá a utilização que o utilizador comum, cada um de nós, faz das potencialidades das redes (o uso do *e-mail*, dos *chats* e da Internet, por exemplo). Este permite-nos ter acesso a um grande conjunto de serviços, proporcionando-nos o acesso a diferentes oportunidades de aprendizagem, contactos com associações, com museus, com diferentes programas, etc..

Valerá também a pena sublinhar que estas redes só existem e só se constituem, se nós, pessoas, nós, seres humanos, lhes dermos corpo. Somos nós que damos conteúdo e sentido à sua existência.

Depois desta primeira introdução, valerá a pena centrarmo-nos na situação concreta das nossas escolas, ao nível das novas tecnologias da informação e da aplicação das redes no seu trabalho.

Em termos de infra-estruturas, podemos constatar que existem já alguns programas no sentido de colmatar as falhas existentes. Mas o facto é que ainda existe pouco equipamento e ainda muito pouco acesso, não só

acesso à Internet, como à utilização das próprias ferramentas, não só por parte dos alunos, mas muitas vezes da parte dos professores e por desconhecimento destas ferramentas. Não só nas nossas escolas, porque, muitas vezes, quando queremos trabalhar em rede, usamos os mesmos modelos de ensino que usamos no ensino tradicional. E, portanto, aquilo que é importante é que nós possamos criar um novo modelo de aprendizagem onde se inclua a aprendizagem em rede. Não para se incluir a aprendizagem em rede, mas porque este novo paradigma de aprendizagem se enquadra no mundo globalizado em que hoje temos de aprender a viver. Portanto, urge pensar um novo modelo de aprendizagem.

O papel do professor também tem que ser repensado de uma forma completamente diferente. Não é já o do professor, como na imagem do Paulo Freire, que debita os conhecimentos para os alunos que aprendem, mas o professor como tutor, como coordenador, como gerador de processos educativos de crescimento nos alunos. E, portanto, hoje chegámos à conclusão de que não valia a pena mudar pontos concretos, mas seria necessária uma transformação profunda e sistemática em muitos dos elementos do sistema.

Mas há que ter também um cuidado especial: as redes não são resposta para tudo. As redes hão-de ser uma boa resposta, uma boa resposta para determinadas situações, mas não resolvem todos os problemas.

Em termos de duas das práticas de que se falou de manhã, concretamente da Rede PROF 2000 e do projecto Nónio do século XXI, gostaria também de fazer um breve apanhado das ideias que me pareceram fundamentais.

Relativamente à primeira, parece-me importante retermos os conceitos de nó e de laço. Acho que é muito importante a discussão que hoje levámos a cabo e que teve sempre em conta que todos estes projectos se baseiam profundamente nas pessoas que os concretizam, usando a tecnologia como meio. E, portanto, a noção de *nós* como agentes que mobilizam as suas comunidades educativas para a necessidade de mudança e a noção de *laços* que se baseiam na constante troca de informações, de experiência adquirida,

como rede de relações interpessoais e de carácter relacional, que permite a tal interligação entre os nós da rede.

Relativamente à segunda, há a realçar a necessidade do esforço genuíno de colaboração neste tipo de projectos e constatar também a diversidade das áreas de saber que estas redes podem abarcar. Não só as deste projecto, mas, acho que pode ser generalizável o exemplo que foi dado, desde a Medicina, à Arte, à Sociologia, à Educação e tantos outros campos. E foram também enumeradas algumas dificuldades que me parece poderem ser também generalizáveis a outros contextos, como a falta de recursos e apoio técnico, a falta de incentivo e falta de hábitos de trabalho em colaboração. Esta última dificuldade não é só a nível das redes, mas nas nossas escolas impera: por exemplo, nem sempre os professores e os alunos sabem como trabalhar uns com os outros.

Ficaria por aqui, agradecendo o convite e também a paciência de me ouvirem.

Muito obrigada.

